

RODAS DE CONVERSA NOS ESPAÇOS EXTRAMUROS DA UNIVERSIDADE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Flávia Rayonara Santana da Silva¹

Shirleíze Mariane Pereira Santos²

José Jailson de Almeida Júnior³

1.Rayonara10@hotmail.com. 2. Shirleize_smps@hotmail.com. 3. Jailsonjnr@gmail.com

RESUMO

Com o surgimento do Sistema Único de Saúde a atenção prestada à saúde tem sofrido fortes mudanças. Entretanto, o fato de alguns dos seus princípios, como universalidade, integralidade e equidade não tem sido implementados de maneira eficaz na maioria dos serviços de saúde, trazendo prejuízos à assistência prestada aos usuários. Diante disto, percebemos a necessidade de transformar essa realidade que diverge das conquistas legais, trabalhando a consciência política dos usuários do SUS frente aos seus direitos e deveres. Esse artigo trata-se de um relato de experiências vivenciadas por acadêmicos da Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi/ Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no decorrer do desenvolvimento do projeto de ações associadas intitulado “Saúde e Cidadania: Interfaces entre pesquisa, ensino e extensão”. As práticas pedagógicas foram realizadas em três UBS do município de Santa Cruz-RN, baseadas no pensamento Freireano que valoriza o conhecimento dos diversos atores sociais envolvidos. As atividades contribuíram, através das discussões sobre a Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde, para o empoderamento da população, que por meio do compartilhamento de conhecimentos poderão disseminar e reivindicar seus direitos e exercer seus deveres, além de promover a construção de um profissional cidadão, buscando a melhoria do sistema de saúde.

Palavras-chaves: Sistema Único de Saúde, Direitos do Paciente, Educação em Saúde.

INTRODUÇÃO

Com o surgimento do Sistema Único de Saúde a atenção dirigida à área da saúde tem sofrido fortes mudanças. No entanto, apesar do fato de o Brasil possuir um grande potencial socioeconômico, ainda tem que lidar com problemas estruturais de difícil solução. Reflexos dessa situação são vistos na área da saúde e, se por um lado observamos o surgimento de políticas de seguridade social e de saúde que ajudaram na redução da pobreza e das desigualdades locais, por outro lado, não são suficientes para garantirem a expansão da cidadania e nem mesmo a melhoria das condições de saúde, boa parte da população vivendo abaixo das mínimas condições de vida adequadas (BYDLOWSKI, 2007; MARZARI et al., 2013).

Vários desafios são os que têm de ser superados para que ocorra a verdadeira consolidação do SUS, tais como o predomínio do modelo curativo, a falta de uma formação ética continuada dos profissionais, a incapacidade de um atendimento integral, a complexidade do sistema (TEIXEIRA, 2009; SOUZA; COSTA, 2010). No processo de formação de profissionais da saúde observamos impasses que acabam por dificultar os avanços da cidadania, o que provoca uma fragilização da mesma como elemento constituinte do processo educacional. Sob a perspectiva do modelo biomédico, onde a assistência prestada volta-se para o tratamento da doença numa visão em que as disciplinas abordadas dentro da academia não estabelecem diálogo entre si, o ensino mostra-se de forma autoritária, centrado no aprendizado acumulativo de conceitos e técnicas, sendo vivenciado, em sua maior parte, em ambientes fechados, o que proporciona um afastamento do estudante do universo social onde está inserido (BRASIL, 2002).

De acordo com Santos (2004), alguns princípios do SUS não tem sido implementados na grande parte dos serviços de saúde, como a universalidade, a integralidade e equidade, o que proporciona um amplo prejuízo aos usuários. Nessa perspectiva, pode-se observar atualmente, um descrédito crescente para com as questões referentes a esse sistema. Muitos usuários recorrem aos serviços de saúde privados na busca por um melhor atendimento e resolutividade, o que faz parecer que os seus direitos, de acordo com o que a legislação preconiza, não tenham sido respeitados. Isso implica na necessidade de incorporá-los a prática assistencial, na busca por transformar essa realidade que diverge das conquistas legais.

Na busca por proporcionar educação em saúde no âmbito dos serviços, proporcionando uma melhoria essencial para a saúde individual e coletiva, o Projeto Saúde e Cidadania, Interfaces entre Ensino, Pesquisa e Extensão, através do uso de metodologias inovadoras pretendeu potencializar o cuidado a partir do diálogo entre o saber científico e popular estimulando a participação de todos os atores envolvidos.

É nesse contexto que ressaltamos o uso da roda de conversa como estratégia educativa, criando espaços de diálogo, onde os sujeitos podem se expressar, escutando os outros e a si mesmos. A finalidade básica da roda de conversa é proporcionar o compartilhamento de conhecimentos, valorizando o conhecimento e a experiência dos participantes, afim de que haja uma troca de ideias e saberes entre a comunidade e a academia, para que todos possam compreender os motivos e as teorias por trás de cada direito ou dever do cidadão (GOMES et al., 2013).

A realização das rodas de conversa envolve, portanto, discussões e a troca de experiências e conhecimentos entre os envolvidos no desenvolvimento dessa metodologia. Percebe-se nas relações ensino-aprendizagem que concepções pré-estabelecidas apontam para as melhores formas de ser e agir do outro, no entanto, não necessariamente elas estão equivocadas, mas devemos atentar para a necessidade do desenvolvimento de um espaço dialógico onde não se pressuponha a superioridade de nenhuma das partes envolvidas, uma vez que se torna possível rever posições já que o outro é levado em consideração (TERAHATA, 2012; NASCIMENTO; SILVA, 2009).

Desta maneira, o presente trabalho tem como objetivo relatar experiências vivenciadas por graduandos em sua interação com o meio social, estimulando o protagonismo ativo nas vivências sociais, possibilitando um afloramento do senso ético, crítico e sensível da realidade circundante. O desenvolvimento dessa atividade é produto da necessidade de formação de profissionais da saúde com visão e atuação voltada para a promoção da saúde e dos direitos dos cidadãos, foco desde o Movimento Sanitário nas décadas de 1970/80, em que o processo saúde /doença passou a ser visto como um processo social (ALMEIDA JÚNIOR, 2011; MEDEIROS JÚNIOR et al., 2011).

OBJETIVO

Relatar a experiência vivenciada por discentes do curso de graduação durante as rodas de conversas realizadas como parte do desenvolvimento do Projeto de Ações Associadas, intitulado “Saúde e Cidadania: Interfaces entre pesquisa, ensino e extensão” e suas contribuições para uma formação acadêmica ética e problematizadora como processo educacional multiprofissional, à luz da educação popular em saúde.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato das experiências vivenciadas durante o desenvolvimento do projeto pelos acadêmicos do curso de graduação em Enfermagem da Faculdade de Ciências da Saúde do Trairí/Universidade Federal do Rio grande do Norte, durante o qual se buscou o desenvolvimento de atividades baseadas no pensamento Freireano, no qual a pedagogia busca estabelecer o exercício do dialogo, respeitar e apreciar a participação e autonomia do sujeito

nas ações, horizontalidade das relações pessoais, valorizando o conhecimento dos diversos atores sociais envolvidos (FREIRE, 2001).

A reflexão sobre os acontecimentos vividos e os aprendizados compartilhados entre discentes e comunidade no decorrer das rodas de conversa, forneceram oportunidades para voltar atrás e rever práticas associadas ao modo como lidamos com os problemas enfrentados e as incertezas surgidas durante o percurso, possibilitando a descoberta de novos caminhos e chegando enfim as soluções desejadas (TOSCANO, 2006; ALMEIDA JÚNIOR, 2008).

As atividades foram realizadas no período de abril a junho de 2013, nas salas de espera das Unidades Básicas de Saúde dos bairros do Centro da cidade, Maracujá e Cônego Monte, no município de Santa Cruz, Rio Grande do Norte. Ao longo desse período foram realizadas 3 (três) rodas de conversa envolvendo populares e conduzidas por acadêmicos, que tinham como papel estimular a participação de todos e fazer com que a roda de conversa não perda o rumo inicial.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A educação dita tradicional baseia-se na *transmissão* de conhecimentos, com se o indivíduo realmente não detivesse conhecimentos exteriores aos adquiridos na academia. Na educação popular em saúde busca-se romper com a tradição autoritária dominante, tendo como finalidade não a criação de sujeitos subalternos educados, mas sim maneiras coletivas que estimulem o processo de aprendizagem e investigação que levem a promoção de uma visão crítica e sensível sobre a realidade que o cerca. É a partir de conhecimentos anteriores e de um diálogo problematizador da realidade que o conhecimento na Educação Popular é construído, aprimorado e compartilhado com o outro.

A educação popular apresenta-se como uma forma de estudantes, professores e profissionais da saúde fomentar formas coletivas de aprendizado que promovam a capacidade crítica da população e da classe acadêmica sobre a realidade social. Ao considerar-se o conceito ampliado de saúde, percebemos a saúde como uma relação entre todas as esferas da vida de um ser humano que interferem em seu bem-estar. A construção dos futuros profissionais de saúde deve configurar-se numa colcha de retalhos em que se procura a desfragmentação do ser humano, buscando percebê-lo em sua realidade social, observando todos os seus aspectos biopsicossocioculturais e espirituais, imprimindo desde o início da formação acadêmica a importância do compromisso social (ALMEIDA JÚNIOR et al., 2011; MEDEIROS JÚNIOR et al., 2011).

Pressupondo que toda relação social é, em essência uma relação pedagógica, e no relacionar-se com o outro, na troca de experiência por meio da convivência que descobrimos ao outro e a nós mesmos como seres humanos. Percebemos então que um relacionamento é estruturado a partir da partilha de conhecimentos e saberes não apenas formais, mas os existentes na realidade que nos envolve (VASCONCELOS, 2004; VASCONCELOS, 2005).

Dessa maneira, frente aos limites encontrados na prática cotidiana desse sistema (SUS), para sua real efetivação são apontadas estratégias como: fortalecimento da participação popular e adequação da formação profissional (ALMEIDA, 2008). Frente a isso, percebe-se a necessidade do desenvolvimento de atividades que trabalhem a consciência política dos usuários do SUS e a relação que estabelecem com seus direitos e deveres. Através das rodas de conversas, abordou-se a discussão do direito à saúde, utilizando-se a Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde como base, constituindo-se como um meio que deve ser utilizado para informar o cidadão e seus direitos buscando consolidar melhores práticas de saúde (KOERICH et al., 2009).

No decorrer das rodas de conversa, podemos destacar os seguintes pontos:

- **Primeiro contato com a temática**

As rodas de conversas foram realizadas na sala de espera das UBS com aqueles que aguardavam a consulta com o médico da unidade. De início, os usuários mostraram-se desatentos quanto ao que estava sendo exposto ou até mesmo descrentes quanto a existência dos direitos contidos na Carta dos Direitos dos Usuários do SUS, agindo de forma passiva quanto aos questionamentos. Destacamos que o aparente desinteresse dos participantes, é resultado de uma cultura onde a cidadania não é exercida de forma plena. Infere-se também que o temor do possível impacto que as opiniões causassem posteriormente interferissem nesse comportamento inicial.

Outro fator que podemos sugerir é que se acredita que os profissionais responsáveis diretamente pela assistência prestada aos usuários da rede pública não foram suficientemente preparados para estimularem a consciência política dos usuários a fim de transformar a realidade na qual está inserido, ainda se valendo dos discursos presentes no modelo biomédico nas práticas educativas em saúde.

- **Aceitação**

No decorrer da conversa, ao se trazerem exemplos do cotidiano para discutir se os direitos e deveres estavam sendo respeitados ou não, pode-se notar uma crescente participação nos questionamentos, alguns usuários mostrando-se interessados e relatando situações onde os seus direitos haviam sido desrespeitados. Ressaltamos que os profissionais da saúde apresentaram uma boa aceitação, tendo em vista a importância da temática evidenciada e a inserção da Academia nos espaços extramuros para a consolidação do atual sistema de saúde.

- **Contribuições e aprendizados**

Durante a realização das atividades, observamos o desconhecimento da Carta dos Direitos dos Usuários do SUS, devido a sua tímida divulgação. Esse fato leva-nos a entender que devido ao seu desconhecimento pela maior parte dos usuários, não apresenta consolidação

suficiente para garantir o exercício da cidadania plena no que se refere ao direito à saúde. Faz-se necessária a atuação da Universidade por meio do desenvolvimento de parcerias com outras instituições a fim de tornar os acadêmicos multiplicadores do conhecimento, bem como compartilhá-lo durante o seu exercício profissional.

As rodas de conversa contribuíram para o empoderamento da população através do exercício do diálogo de maneira horizontal entre os acadêmicos de enfermagem e os usuários. Por meio desses conhecimentos compartilhados os participantes poderão reivindicar e divulgar seus direitos e cumprir os seus deveres, além de contribuir também para a formação de futuros enfermeiros mais resolutivos e eficazes, já que a tomada de decisões e o exercício da cidadania são de extrema importância para a consolidação das políticas públicas de saúde, visando à melhoria da qualidade de vida da população.

- **Dificuldades**

Constatamos que a realização desse trabalho na sala de espera, inicialmente, pode gerar tensão emocional ou certo desconforto aos usuários em se pronunciarem em público sobre suas opiniões e experiências, além de que o atendimento médico que era aguardado também interferir na participação, já que as pessoas precisavam se ausentar do grupo.

Mesmo em meio às dificuldades apontadas, os objetivos traçados para a atividade foram alcançados, possibilitando o estabelecimento de um diálogo e a compreensão a respeito da Carta. Buscaram-se maneiras que possibilitassem a superação dessas barreiras tendo em vista a importância da promoção de ações que possibilitassem uma melhor interação e transformação das realidades de acadêmicos e usuários dos serviços de saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação e a qualificação dos futuros profissionais da saúde deve buscar a transformação das práticas e organizações do trabalho, formação essa visando às necessidades das mais diversas comunidades. Desse modo, os conhecimentos compartilhados com os usuários das UBS a respeito dos seus direitos e deveres, necessitam serem resgatados no decorrer de outras etapas do nosso processo de formação para que nos tornemos profissionais comprometidos com o processo de transformação da realidade política e social do nosso país, acreditando como Paulo Freire que não há saberes maiores ou menores, existem saberes diferentes (SANTOS et al, 2013).

A utilização das rodas de conversa como metodologia para a criação de um espaço efetivo de comunicação possibilitou aos acadêmicos o incentivo ao diálogo, ao protagonismo ativo, a capacidade de reflexão crítica, além de permitir o compartilhamento de experiências e conhecimentos científicos com os usuários dos serviços de saúde pública, buscando melhorar práticas em saúde e um melhor conhecimento sobre direitos e deveres como cidadãos. O papel da Universidade não deve ser a restrição do processo de formação de futuros profissionais de

saúde apenas como técnicos qualificados, mas também a de cidadãos responsáveis pela transformação da realidade social.

Por meio do desenvolvimento das atividades, podem-se perceber as diversas contribuições das mesmas, cooperando para que o exercício da cidadania do usuário e seus direitos sejam respeitados e possam ser apreendidos e exercitados cotidianamente pelos profissionais da saúde e pelos próprios usuários do SUS. Inúmeras lições valiosas foram adquiridas, na medida em que para se desenvolver a roda de conversa é necessário observar, além de estimular a participação do grupo e interação de saberes. É necessário que todos os sujeitos sociais estejam comprometidos com a busca por seus direitos e deveres, visando a melhoria na sua qualidade de vida e na dos demais envolvidos. Entendeu-se com a utilização desse método que o aprendizado deve ocorrer de forma mais efetiva ao se permitir a dialogicidade, na qual os questionamentos são esclarecidos, as experiências são trocadas, e onde o conhecimento é discutido e compartilhado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, J.J. Relatos de uma vivência interdisciplinar: Educação, Saúde e Cidadania. 2008. 89f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN. 2008

ALMEIDA JÚNIOR, J.J. et al. Descobrimo a realidade através da vivência na Atividade Integrada de Educação, Saúde e Cidadania (SACI). In: JÚNIOR, A.M.; LIBERALINO, F.N.; COSTA, N.D.L.(Org). **Caminhos da Tutoria e Aprendizagem em Saúde e Cidadania**. EDUFRN, p.31-41. 2011.

BYDLOWSKI, C.R. Saúde e Cidadania. **O Mundo da Saúde**, São Paulo. V.31, n.3, p.419-425. 2007. Disponível em: <http://www.scamilo.edu.br/pdf/mundo_saude/55/12_saude_e_cidadania.pdf>. Acesso em 15 de maio de 2014.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?**. Tradução de Rosisca Darcy. Prefácio de Jacques Chonchol 7ª Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 93 p. 1983.

MEDEIROS JÚNIOR, A.M. et al. Reflexões sobre o processo de mudanças na formação profissional em Saúde. In: JÚNIOR, A.M.; LIBERALINO, F.N.; COSTA, N.D.L.(Org). **Caminhos da Tutoria e Aprendizagem em Saúde e Cidadania**. EDUFRN, P.54-57. 2011.

MARZARI, C.K et al. Realidade sociopolítica, ambiental e de saúde de famílias

pertencentes a uma comunidade vulnerável. **Ciência & Saúde Coletiva**, V.18, n.1, p.77-84. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232013000100009&script=sci_arttext>. Acesso em 25 de março de 2014.

SANTOS, S. M. P. ; SILVA, F. R. S. ; ALMEIDA JÚNIOR, José Jailson de ; CAVALCANTE, T. N. . Uma vivência ética em educação, saúde e cidadania: um relato de experiência. In: 16 CONGRESSO BRASILEIRO DOS CONSELHOS DE ENFERMAGEM, 2013, VITÓRIA. **Anais - 16º CBCENF**. BRASÍLIA: COFEN, 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 12a ed. Rio de Janeiro (RJ): Imago; 2001.

GOMES, A.M.A. ET AL. Código dos Direitos e Deveres da Pessoa Hospitalizada no SUS: o cotidiano hospitalar na roda de conversa. **Interface – Comunic., Saúde, Educação**. Botucatu. Disponível em: <<http://www.interface.org.br/arquivos/aprovados/artigo82pdf>>. Acesso em: 16 de junho de 2013. Pré-publicação.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretária de Assistência à Saúde. Inovação Gerencial em Serviços Públicos de Saúde e Cidadania. Série B. Textos Básicos de Saúde. **Brasília: Ministério da Saúde**, 2002. Disponível em: <<http://www.proexcel.fiocruz.br/inalteraveis/Gestao%20e%20seus%20componentes/INOVACAO%20GERENCIAL-SAUDE.pdf>>. Acesso em 7 de julho de 2014.

SANTOS, L. R. **Direitos do cidadão usuário do SUS: a percepção e o agir da equipe de enfermagem em um centro de saúde**. 132f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004.

NASCIMENTO, M. A. G.; SILVA, C. N. M. **Rodas de conversa e oficinas temáticas: experiências metodológicas de ensino-aprendizagem em geografia; 10º encontro nacional de prática de ensino em geografia**. ago/set, porto alegre, 2009.

TEIXEIRA, S. M. F. Retomar o debate sobre a Reforma Sanitária parágrafo avançar o Sistema Único de Saúde (SUS). **Rev. adm. EMPRES.** São Paulo, v. 49, n. 4, dez. 2009.

SOUZA, G. C. A.; COSTA, I. C. C. O SUS nos seus 20 anos: reflexões num contexto de mudanças. **Saúde Soc**, São Paulo, v.19, n.3, p.509-517, 2010.

TERAHATA, A. M. **Música na escola: uma experiência de (com)fiar**. A Música na escola - Ministério da cultura e vale , allucci & associados comunicações. São Paulo, 2012. Disponível em <<http://www.amusicanaescola.com.br/pdf/AdrianaTerahata.pdf>>. Acesso em 14 jun. 2014.